



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

SEXTA-FEIRA, 03 :: MAIO :: 2013

Rita Oliveira

rittaoliveira@jornaldodfase.com.br - ritttaoliveira@uol.com.br

Respaldo do governador



Como é do conhecimento de todos, na segunda-feira passada o secretário Genival Nunes (Meio Ambiente) concedeu entrevista coletiva à imprensa para anunciar que a Adema não concederia a licença ambiental para a Prefeitura de Aracaju executar o Projeto de Engenharia de Defesa Litorânea da Praia 13 de Julho por falta de estudo ambiental sobre o impacto da obra, uma vez que o projeto propõe a construção de um muro longitudinal aderente com 643,62 metros, seis espigões e um aterro do rio Sergipe em até 40 metros.

Genival deixou claro que em razão da Prefeitura ter alegado estado de emergência para a execução da obra, pode se utilizar da Lei nº12.651/2012, em seu art. 8º, § 3º, que diz: "É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da Defesa Civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas".

Trocando em miúdos, Genival disse que a Adema não poderia conceder a licença pela necessidade de um estudo ambiental da obra para evitar problemas como os que aconteceram com o aterro na Coroa do Meio, que levou a destruição de ruas na área e vários pontos na Atalaia Nova e Barra dos Coqueiros. Mas pela alegação de emergência a prefeitura podia fazer a obra independente da licença ambiental da Adema, se fosse um entendimento da Defesa Civil sobre o risco eminente.

Por conta disso, Genival foi bombardeado pelo secretário municipal do Meio Ambiente, o promotor de Justiça Eduardo Marques, que chegou a dizer que ele estava agindo politicamente, que deixasse as questões políticas de lado e pensasse na integridade da população.

O discurso de Matos foi reforçado pelo próprio prefeito João Alves (DEM), que no dia seguinte, véspera do feriado de 1º de maio, disse à imprensa que o secretário Genival agia de forma ideológica ou pessoal contra ele. "Não podemos colocar os nossos sentimentos pessoais quando está em jogo o bem do nosso povo e a garantia física da população", chegou a declarar.

Ontem o governador Marcelo Déda (PT) ratificou o posicionamento da Adema e do secretário Genival Nunes. Ao conceder entrevista à imprensa, durante visitou à Empresa Almagiva, no bairro Industrial, disse que a discussão era técnica e não política, porque a Adema é um órgão ambiental.

"O secretário de Meio Ambiente é doutor Genival Nunes. Não conheço

neste estado uma autoridade mais qualificada, do ponto de vista técnico e ético, na área ambiental do que Genival Nunes. O conheço há 30 anos. Edvaldo era meu adversário? Todos acompanharam a discussão sobre a lixeira lá em Socorro. Todos viram a discussão de Edvaldo com Genival Nunes. Será que era política, dois aliados?", questionou o governador.

Disse ainda que o seu governo queria aterrar 10 metros do rio para fazer uma obra na orlinda do bairro Industrial e a Adema também não deixou. "A Adema é escrava da lei. O secretário Genival Nunes tem o Código Florestal, a legislação de Meio Ambiente, a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente para cumprir. É preciso um estudo técnico ambiental para dizer se a obra não terá impacto na 13 de Julho, na Coroa do Meio, na Atalaia Nova e na Barra dos Coqueiros", frisou.

Dizendo isso, o governador sugeriu a Eduardo Matos "baixar a bola", deixar de arrogância e não se esquecer que é um promotor de Justiça que hoje ocupa o cargo de secretário municipal de Meio Ambiente e depois voltará ao Ministério Público.

Ressaltou que Genival Nunes tem o Código Florestal, a legislação de Meio Ambiente, a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para obedecer. "Quem desobedece a legislação ambiental, quem pratica atos a descoberto da lei, acontece o que aconteceu no Rio Grande do Sul [prisão de 18 pessoas, inclusive secretário estadual do meio ambiente, através da Operação Concutare, da Polícia Federal, suspeitas de envolvimento em um esquema de fraudes em licenças ambientais no Estado].

Declarou ainda que a responsabilidade do projeto é da Prefeitura de Aracaju e ela faça o que achar conveniente fazer. "Nós não queremos interferir nas prioridades nem nas decisões da Prefeitura. Ela não tem Defesa Civil? Peça o parecer".

Reafirmou que não vai interferir na Adema, que é respaldada pelos técnicos de alta qualificação que fazem a fiscalização ambiental em Sergipe. "Se eu agir assim, estou traindo a lei e o meu mandato. O secretário municipal de meio ambiente e promotor de Justiça tem tentado politizar e isso tem me espantado e me deixado realmente preocupado, pois essa forma agressiva, de tentar fazer guerra com a Adema, só prejudica".

O tom do discurso de Déda chegou a surpreender ...